

BOLETIM

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

O Boletim “Direito à Segurança Pública na Maré” é uma iniciativa da Redes da Maré, realizado a partir do seu eixo de trabalho: Segurança Pública e acesso à Justiça. O Boletim apresenta e analisa dados sobre a violência armada nos territórios que compõem o conjunto de favelas da Maré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados foram coletados de janeiro a dezembro de 2018. A compilação dessas informações ocorreu das seguintes formas: (I) por meio de pesquisa realizada por uma equipe da Redes da Maré, constituída, majoritariamente, por moradoras e moradores da região. Essa equipe faz a cobertura do momento em que os confrontos armados acontecem e, ao mesmo tempo, permanece de plantão para apurar todos os desdobramentos dos casos registrados; (II) a partir de relatos de moradoras e moradores que, de maneira espontânea, procuram o serviço de orientação jurídica sobre violações de direitos, ofertado pela Redes da Maré; (III) com base em informações publicadas na imprensa e redes sociais; e (IV) por notícias veiculadas pelas assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e das Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro.

Como veremos, os dados apontam para a permanência de alta taxa de letalidade nas operações policiais na Maré, mesmo sob a Intervenção Federal decretada em 2018. No presente Boletim utilizamos o indicador “mortes por intervenção de agentes de Estado” — usado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) — para retratar mortes causadas no contexto da atuação do Estado no campo da Segurança Pública na Maré.

03

ACOMPANHAMENTO DOS IMPACTOS DOS CONFRONTOS ARMADOS NA MARÉ 2018



FOTO: DIEGO DE JESUS

16

OPERAÇÕES POLICIAIS

seis delas duraram mais de **10 horas**.

10

DIAS COM ATIVIDADES SUSPENSAS NAS ESCOLAS E **11 DIAS NOS POSTOS DE SAÚDE**

24

MORTES

POR CONFRONTOS ARMADOS

19 em operações policiais e 5 em confrontos armados. Em média, **a cada 19 dias, morre uma pessoa** por intervenção policial na Maré. A **cada operação** policial na Maré, **morre uma pessoa**.

MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTES DO ESTADO



ANO 2018	Nº DE PESSOAS	TAXA (POR 100 MIL HABITANTES)
ESTADO DO RJ	1.532	9
CIDADE DO RIO	556	8,4
MARÉ	19	13,7

FONTE: Instituto de Segurança Pública, 2019.

Embora o número de homicídios e de feridos tenha diminuído entre 2017 e 2018, isso não se deveu ao fato de ter ocorrido uma mudança na atuação dos agentes das forças de segurança do Estado. Como se vê, **a taxa de letalidade nas operações policiais permaneceu alta**.



O objetivo principal deste Boletim é pôr em evidência o **quadro de violações dos direitos básicos** que atingem **140 mil moradores** da Maré, seja por parte das forças policiais ou dos grupos armados”

Para dar maior clareza ao estudo, os dados estão organizados em tabelas e gráficos, seguidos por análises descritivas. O objetivo é traçar um quadro sobre a Segurança Pública na Maré e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as questões mais relevantes e que mais impactam o território e seus habitantes.

Assim, no item 1 estão registrados os confrontos entre os grupos armados, e entre eles e as forças policiais, bem como sua distribuição e impacto ao longo dos meses de 2018; no item 2, a apresentação dos dados é feita com base em três eixos de análise: ações policiais, Intervenção Federal e violações de direitos, e homicídios; no item 3, apresenta-se uma análise a respeito das dinâmicas de violências na Maré; o item 4 traz os dados comparativos de indicadores de Segurança Pública entre 2016 e 2018, buscando compreender o impacto do fortalecimento da luta pelo direito à Segurança dos moradores da Maré.

O objetivo principal da divulgação deste Boletim é pôr em evidência o quadro de violações dos direitos básicos que atingem 140 mil moradores da Maré, seja por parte das forças policiais ou dos grupos armados. Nesse sentido, o que o Boletim “Direito à Segurança Pública na Maré” oferece é um conjunto de dados e análises acerca do quadro das violações que ocorrem, entendendo que o direito à Segurança Pública ainda não se materializou como tal. Assim, o presente Boletim pode ser um instrumento para ajudar a repensar a atual política de Segurança Pública para o conjunto das 16 favelas da Maré.

Confrontos armados

Os confrontos entre os grupos armados que exercem controle de território, ou entre esses grupos e as polícias, são momentos de maior tensão e risco para a população das favelas da Maré. A consequência imediata é a paralisação da rotina local e a suspensão de muitos serviços ali existentes. Clínicas da Família, escolas públicas e privadas, comércios e áreas de lazer suspendem suas atividades, já que ficam expostos ao risco de vida.

Ao longo dos últimos três anos, 83 pessoas morreram em consequência dos confrontos armados na Maré. Esse é um número alarmante e inaceitável. Os resultados desses enfrentamentos violentos têm nos deixado estarecidos, já que testemunhamos, a cada dia, o aumento do nível de letalidade. Além disso, é evidente o distanciamento entre os agentes de Segurança Pública e a população local, que não compreende o tipo de estratégia adotada em relação à garantia do direito à Segurança Pública.

Por outro lado, há inúmeros prejuízos materiais, já que casas, carros, lojas e equipamentos de trabalho dos moradores são atingidos, sem falar dos danos psicológicos de muitos moradores e moradoras. É cada vez mais comum o atendimento nas Unidades de Saúde locais de pessoas com transtornos físicos e mentais relacionados à violência armada no território. Dessa maneira, cada vez mais temos pessoas apresentando diagnósticos de hipertensão, crises de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e depressão.

Ainda sobre os confrontos armados, há relatos de moradores sobre ocorrências nas quais as forças de segurança não ingressaram propriamente na Maré, mas que, mesmo assim, entraram em confronto com grupos armados. É o que podemos ver na Tabela 1, descrita como “confrontos entre grupos armados e forças policiais/Forças Armadas”. Em pelo menos três diferentes ocasiões, unidades da Polícia Militar efetuaram disparos de armas de fogo na entrada de ruas que dão acesso às favelas que compõem a Maré. Esses disparos foram retaliados por grupos armados.

Vê-se que, mesmo não havendo uma operação policial no padrão daquelas que acontecem historicamente, quando a Polícia entra na favela, a população corre risco de vida nesses momentos. Além do desrespeito ao direito básico à vida, a continuidade e a constância dos confrontos armados apresentam outras consequências para as 140 mil pessoas que moram na Maré.

Esses episódios limitam a livre circulação dos moradores, impedindo-os de estudar, trabalhar ou realizar quaisquer outras atividades. As instituições públicas e privadas de ensino também foram prejudicadas por causa dos confrontos armados. No ano de 2018, por exemplo, muitas escolas foram forçadas a fechar ou sequer retomaram as aulas. Como pode ser observado também na Tabela 1, pelo menos 10 dias do ano letivo foram perdidos. Se somados ao ano anterior — 35 dias sem aulas — percebemos o prejuízo irrecuperável para as crianças e jovens da Maré. Na mesma linha se enquadra o caso dos postos de saúde. Em 2018, eles ficaram paralisados por 11 dias. Para uma população que depende, majoritariamente, do atendimento de Saúde realizado por esses postos, é um problema grave não os ter funcionando plenamente.

A alteração do cotidiano das pessoas e das instituições gera uma série de outras consequências perceptíveis apenas em longo prazo, mas que já aparecem nos depoimentos de muitos moradores. Depoimentos que revelam a descrença na Justiça brasileira e nas forças de segurança do Estado; o sentimento de abandono desse espaço popular na cidade; e reforçam a percepção de que falta um planejamento urbano que atenda às necessidades das 140 mil pessoas moradores da Maré e reconheça as potencialidades presentes no território.

Diante do quadro exposto, é preciso que os confrontos armados cessem imediatamente. Há o risco iminente de que mais pessoas sejam assassinadas, feridas ou tenham prejuízos econômicos e materiais cada vez maiores, com a continuidade desses confrontos. Há, ainda, o perigo de uma geração de moradores e moradoras adoecerem cada vez mais cedo e em maior quantidade devido ao intenso estresse causado por estes confrontos, incluindo crianças, adolescentes e jovens.

Na tabela abaixo estão apresentados os dados acerca dos confrontos armados e suas consequências imediatas.

TABELA 1 | CONFRONTOS ARMADOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM 2018

ANO 2018	OPERAÇÕES POLICIAIS	CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS E FORÇAS POLICIAIS/ FORÇAS ARMADAS	CONFRONTO ENTRE GRUPOS ARMADOS	TOTAL DE REGISTROS
OCORRÊNCIAS	16	3	27	46
MORTOS	19	0	5	24
FERIDOS	10	3	7	20
DIAS SEM AULAS	10	0	0	10
DIAS SEM ATENDIMENTO NOS POSTOS DE SAÚDE	11	0	0	11

36

REGISTROS DE TIROS POR GRUPOS ARMADOS SEM VIOLÊNCIA LETAL



03

PERÍCIAS



27

CONFRONTOS

ENTRE GRUPOS ARMADOS



TABELA 2 | CONFRONTOS ARMADOS AO LONGO DOS MESES DE 2018

MÊS	OPERAÇÕES POLICIAIS	CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS E FORÇAS POLICIAIS/ FORÇAS ARMADAS	CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS	DIAS SEM AULAS	DIAS SEM POSTOS DE SAÚDE	MORTOS	FERIDOS
JAN	1	0	7	0	0	3	3
FEV	4	0	2	2	3	2	0
MAR	0	0	2	0	0	1	1
ABR	0	2	3	0	0	0	4
MAI	0	2	1	0	0	0	0
JUN	3	0	0	2	2	8	1
JUL	0	0	6	0	0	1	0
AGO	3	0	0	1	1	1	0
SET	0	1	1	0	0	0	2
OUT	0	0	2	0	0	0	0
NOV	4	0	3	4	4	8	9
DEZ	1	0	0	1	1	0	0
TOTAL	16	5	27	10	11	24	20

disse: *Estamos aqui há 12 horas sem comer, sem beber água e sem ir no banheiro. A senhora quer que eu tenha calma, como?*

Minutos depois, este mesmo grupo de policiais militares atirou na direção da população que se manifestava no local, após a morte de um jovem. Fica claro, nesse episódio, os riscos do esgotamento físico e mental a que são submetidos também os policiais, que não contam com condições mínimas para a realização do seu trabalho.

Historicamente, as operações policiais na Maré tendem a se concentrar nas regiões que se estendem do Parque União a Nova Holanda. Ao longo de 2018, identificamos uma distribuição maior das operações policiais pelas diferentes favelas que compõem o Bairro. Um exemplo foi a região de Marcílio Dias que, entre 2016 e 2017, registrou apenas uma operação policial, porém, em 2018, foram identificadas quatro operações policiais nessa região, todas elas com o objetivo de reprimir o roubo de cargas e veículos — uma das principais finalidades apresentadas como justificativa à Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

Também foi possível perceber um aumento considerável de operações policiais na região da Vila do Pinheiro, tornando-se a localidade com maior número de operações policiais (9). Juntas, as operações policiais nessa região concentraram 11 dos 19 homicídios que ocorreram. Outro dado relevante é que, das operações policiais na região da Vila do Pinheiro, quase a metade foi coordenada pela Polícia Civil.

Um padrão que se observa é a ampliação da atuação da Polícia Civil em operações policiais na Maré. Na maioria dos casos, a Polícia Civil informou que a operação tinha como objetivo o cumprimento de mandados judiciais.

Considerando-se o total das operações policiais e as dinâmicas de sua violência em 2018, foi possível observar o crescimento da militarização na atuação da Polícia Civil na Maré: operações policiais com o uso de grande aparato bélico, utilizando veículos blindados próprios, incluindo um helicóptero blindado, que foi usado como plataforma de tiro.

Na Maré, o uso do helicóptero como plataforma de tiro tem se intensificado desde o final de 2017. Ao longo de 2018, registramos quatro operações policiais com o uso de helicóptero e, em todas elas, a aeronave disparou de cima para baixo. Neste contexto, é impossível não lembrar da operação policial do dia 20 de junho de 2018, na qual o helicóptero blindado da Polícia Civil deu voos rasantes pelas ruas da Maré, disparando tiros do alto e com o veículo em movimento. Na ocasião, a equipe da Redes da Maré identificou mais de 100 disparos de arma de fogo pelas ruas da Vila do Pinheiro, nas proximidades de um complexo de sete escolas. Neste mesmo dia, foram registrados sete homicídios: o do menino Marcus Vinicius, que estava a caminho da escola e de outros seis jovens que teriam sido mortos com indícios de execução pela Polícia.

O QUE DIZEM OS DADOS

Ações policiais na Maré

Sobre a intervenção de agentes de Segurança Pública na Maré, em 2018 houve a manutenção de um padrão histórico, com base no enfrentamento bélico ao comércio ilegal de drogas e, no contexto da Intervenção Federal, ao roubo de cargas e veículos.

O conjunto de favelas da Maré é ocupado por três grupos armados que disputam a ocupação do espaço, praticam atividades ilícitas e regulam o cotidiano desses territórios. A área da Praia de Ramos e Roquete Pinto, especificamente, é ocupada por um grupo paramilitar que atua há mais de 10 anos na região. Observa-se, a partir dos dados deste Boletim, que desde 2016, as forças policiais não realizaram nenhuma ação direta nas comunidades para garantir o direito à Segurança Pública dos moradores dessa região, demonstrando prioridade no combate a alguns crimes em detrimento de outros.

Dentre as 16 operações policiais, em 2018, seis delas duraram mais de 10 horas. Juntas, essas operações somaram 11 homicídios e oito pessoas feridas por arma de fogo. Em uma destas operações policiais, enquanto a equipe da Redes da Maré buscava mediar um conflito entre moradores e policiais, um dos policiais

A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e seus efeitos nas 16 favelas da Maré

No começo de 2018, o Governo Federal anunciou uma inédita e controversa Intervenção na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. A alegação inicial era a de que o Estado, sozinho, não era mais capaz de garantir a Segurança de seus cidadãos. Destacava-se, nesse sentido, as elevadas taxas de roubo e furto de cargas e veículos.

Não obstante uma série de outras razões políticas por trás dessa medida para encobrir a fragilidade de um dos governos mais desacreditados da história, ela foi amplamente divulgada e colocada em prática, repercutindo fortemente no Rio de Janeiro de diversas formas.

Nos territórios mais abastados, a chegada das Forças Armadas foi saudada com certo entusiasmo pela maior parte da população. No entanto, nos territórios populares, como as favelas, esse anúncio gerou mais apreensão do que entusiasmo, além de muita desconfiança e descrédito sobre a efetividade dessa medida como solução para o enfrentamento dos altos índices de violência à época. Isso porque favelas e periferias acumulam experiências negativas com as Forças Armadas, seja em intervenções diretas, seja em operações de apoio às forças policiais. Esse é o caso das favelas da Maré e do Alemão, por exemplo.

A lembrança da passagem dos militares na ocupação das 16 favelas na Maré não é boa. Durante 14 meses, entre 2014 e 2015, as Forças Armadas, principalmente o Exército brasileiro, ocupou as ruas da Maré. No entanto, mesmo com um gasto diário de quase 1,2 milhão de reais, não foram resolvidos os graves problemas de Segurança enfrentados pelos moradores do Bairro.

A despeito de uma queda nos índices de homicídios no início da ocupação em 2014, com o tempo, houve forte desgaste das relações entre as Forças Armadas e os moradores. Por

TABELA 3 | OPERAÇÃO POLICIAL SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DE CADA UNIDADE POLICIAL EM 2018

ESFERA POLICIAL	UNIDADE OPERACIONAL	TOTAL DE OPERAÇÕES
POLÍCIA MILITAR	BAC	5
POLÍCIA MILITAR	BOPE	6
POLÍCIA MILITAR	CHOQUE	5
POLÍCIA MILITAR	GAM	0
POLÍCIA MILITAR	22º BPM	6
POLÍCIA CIVIL	CORE	5
POLÍCIA CIVIL	DCOD	2
POLÍCIA CIVIL	DRFC	3
TROPAS FEDERAIS	PF	0
TROPAS FEDERAIS	PFR	0
TROPAS FEDERAIS	FORÇAS ARMADAS	3
TROPAS FEDERAIS	FORÇA NACIONAL	0

TABELA 4 | OPERAÇÃO POLICIAL POR FAVELA ATINGIDA EM 2018

FAVELA	TOTAL	PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE OPERAÇÕES POLICIAIS
VILA DO PINHEIRO	9	56%
PARQUE UNIÃO	9	56%
VILA DO JOÃO	8	50%
SALSA & MERENGUE	8	50%
CONJUNTO ESPERANÇA	7	44%
CONJUNTO PINHEIRO	7	44%
NOVA HOLANDA	7	44%
RUBENS VAZ	6	38%
MARCÍLIO DIAS	6	38%
PARQUE MARÉ	5	31%
BAIXA DO SAPATEIRO	4	25%
BENTO RIBEIRO DANTAS	3	19%
MORRO DO TIMBAU	3	19%
NOVA MARÉ	3	19%
ROQUETE PINTO	0	0%
PRAIA DE RAMOS	0	0%

outro lado, os confrontos armados entre militares e grupos armados locais se intensificaram e voltaram a ser rotina. Ao final da ocupação, em junho de 2015, não houve mudanças significativas no quadro da Segurança Pública na Maré. Na verdade, não houve um legado que pudesse apontar caminhos para a garantia do direito à Segurança Pública dos cidadãos residentes na região. Por tudo isso, quando a Intervenção Federal no Rio de Janeiro foi anunciada, os moradores da Maré ficaram apreensivos e julgaram que poderia haver uma nova ocupação nos moldes da primeira.

Não foi isso o que aconteceu. A Maré não foi reocupada. Contudo, as Forças Armadas atuaram em algumas ocasiões, dando apoio a operações das Polícias Estaduais do Rio de Janeiro. Seguindo o padrão identificado pelo Observatório da Intervenção no Estado do Rio de Janeiro, as Forças Armadas atuaram em três das 16 operações policiais, em parceria com as Polícias Estaduais na região da Maré. Ainda seguindo a tendência dos dados apresentados pelo Observatório da Intervenção, no ano de 2018 tivemos uma atuação preponderante da Polícia Militar, seguida da Polícia Civil e, depois, das Forças Armadas.

Cabe destacar que dentre os homicídios que aconteceram em 2018, 42% foram em operações com a presença das Forças Armadas. Isso significa que, apesar de não ter ocorrido uma ocupação do território e nem uma atuação maior das Forças Armadas, quando elas participaram de ações na Maré, o nível de letalidade foi alto.

Merece destaque o aumento das operações policiais na Maré motivadas pela repressão de roubo de cargas e veículos - anunciado amplamente como um dos crimes a serem combatidos no período da Intervenção Federal. Cinco das 16 operações policiais na Maré tiveram como objetivo a repressão do roubo de cargas e veículos - a região de Marcílio Dias foi a mais atingida por esta dinâmica de repressão a crimes colocada no marco da Intervenção Federal.

Ao final da Intervenção Federal, segundo dados do ISP, houve redução do roubo de carga (-17,2%) e roubo a veículos (-6,7%), comparada ao mesmo período do ano anterior. Esses dados foram considerados como fatores de sucesso da Intervenção Federal.



Dentre os homicídios que aconteceram em 2018, 42% foram em operações com a presença das Forças Armadas”

No entanto, na análise dos militares, não foi considerado o aumento dos homicídios por intervenção de agentes do Estado (+33,6%), nem mesmo a redução dos homicídios (-8,2%). Posições como estas demonstram a valorização de uma política de Segurança que tem a centralidade na proteção do patrimônio, em detrimento das vidas dos sujeitos da cidade.

Desta maneira, a continuidade do padrão alto de letalidade das operações policiais durante a Intervenção Federal ficou, dramaticamente, explícita em vários episódios de violência e desrespeito aos direitos de moradores de favelas e periferias. Fica evidente que a solução para as questões de Segurança Pública não passa pelo emprego da velha fórmula de guerra, que considera favelas e periferias como o “avesso da cidade” e como territórios inimigos, de um “exército inimigo”, dos quais os direitos podem ser violados e suspensos. Ao contrário, é preciso desenvolver um trabalho permanente, que coloque as vidas negras e periféricas, as maiores atingidas pela violência, na centralidade de uma política de Segurança Pública pautada no respeito e na valorização da vida.

Violações de direitos e homicídios

Ao longo de 2018, a Redes da Maré acolheu 41 pessoas vítimas de violações de direitos no contexto da violência armada, dentro das favelas da Maré. Essas moradores e/ou moradores relataram 71 formas distintas de violações. Na maior parte dos casos, esses abusos foram cometidos por agentes de segurança, durante as operações policiais na região.

É importante assinalar que, mesmo tendo diminuído o número de pessoas que relataram violações de direitos nas favelas da Maré em 2018, em comparação com os dados de 2017, no qual tivemos 67 relatos, é possível perceber em 2018 o fato de uma mesma pessoa ter apresentado mais de um tipo de violação de direito, o que demonstra a necessidade de relativizarmos a diminuição objetiva do número de pessoas atingidas.

distância e a descrença na eficácia destes Órgãos. Somados a isso, identificamos o medo de represálias e ameaças, dentre os principais motivos para a desistência.

Cabe destacar, ainda, as dificuldades enfrentadas por essas pessoas em decorrência da ausência de uma política estruturada de reparação de violações de direitos fundamentais no contexto da violência armada. Esta desestruturação denuncia a falta de interesse do Estado em reparar os erros das forças de segurança com a população pobre, negra, moradora de favelas e periferias no Brasil.

Esta falta de interesse também pode ser percebida a partir das dificuldades encontradas no processo investigativo e de resolução dos crimes que acontecem na Maré e em outras favelas. Não há, por exemplo, a prática de realização de perícia dos crimes. Isso é grave, pois sem a perícia fica ainda mais difícil a elucidação dos crimes e a consequente responsabilização dos culpados. Historicamente, a Redes da Maré tem provocado os Órgãos competentes que devem realizar perícia no local dos crimes, sobretudo nos casos de homicídio. Em 2018, a equipe da Redes da Maré acompanhou três perícias dos 24 homicídios registrados na Maré.

Não à toa, essas perícias aconteceram mediante pressão popular para a resolução dos homicídios, a maioria homicídios de adolescentes que geraram grande mobilização midiática e comoção da sociedade. Cabe destacar que as perícias que a Redes da Maré acompanhou não foram realizadas no contexto ideal, uma vez que se deram horas depois do crime, quando o local havia sido desfeito e o cadáver retirado da cena do crime — o que afeta, diretamente, na capacidade de elucidação dos homicídios.

Ainda sobre as perícias, foi possível observar o problema de comunicação sobre as situações de morte nos dias de operação policial. No dia 06 de novembro de 2018, quando uma operação da Polícia Militar foi deflagrada ainda de madrugada, gerando intensos confrontos armados e cinco homicídios em uma mesma rua na Maré, verificou-se que às 10h da manhã a Delegacia de Homicídios ainda não havia sido informada das mortes pela Polícia.

TABELA 5 | CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS ATENDIDOS PELA REDES DA MARÉ EM 2018

TIPO DE VIOLAÇÃO	Nº DE RELATOS	% SOBRE O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS
INVASÃO DE DOMICÍLIO	15	37%
VIOLÊNCIA VERBAL/PSICOLÓGICA/AMEAÇA	15	37%
MORTE DE PARENTES OU AMIGOS	13	32%
VIOLÊNCIA FÍSICA/TORTURA	12	29%
FERIDO POR ARMA DE FOGO	11	27%
CÁRCERE PRIVADO	8	20%
DANO AO PATRIMÔNIO	6	15%
SUBTRAÇÃO DE PERTENCES	1	2%
INVASÃO DE PRIVACIDADE	1	2%

Seguindo o padrão dos anos anteriores, a invasão de domicílio foi a violação de direito preponderante em 2018, atingindo 37% das pessoas acolhidas pela Redes da Maré. Ao compararmos os dados de 2017 e 2018, percebemos o aumento das denúncias relacionadas à violência psicológica e física. Também cabe destacar o número de mortos (32%) e feridos por armas de fogo (27%), que manteve o padrão de ocorrência dos últimos anos.

A formalização das denúncias de violações de direitos fundamentais no contexto da violência armada ainda se coloca como um grande desafio. Das 41 pessoas que o projeto Maré de Direitos acolheu ao longo de 2018, apenas seis formalizaram denúncias de violações nos Órgãos de acesso à Justiça.

Se contabilizarmos as pessoas acolhidas pelo projeto, entre 2016 e 2018, identificamos 121 pessoas e, destas, apenas 29 mantêm o processo de judicialização das suas denúncias. Dentre as maiores dificuldades apresentadas pelos moradores da Maré para continuidade da formalização das denúncias, estão a burocracia, a



Seguindo o padrão dos anos anteriores, a invasão de domicílio foi a violação de direito preponderante em 2018, atingindo 37% das pessoas acolhidas pela Redes da Maré”

Situações como estas denunciam uma prática histórica das polícias nas favelas do Rio e do Brasil: a não valorização da vida de quem mora nessas regiões e o desrespeito dos direitos básicos quando, por exemplo, há deflagração de operações que colocam em risco a vida de milhares de pessoas e, ocorrendo uma morte, nem sequer é garantido o direito à investigação pelo Estado.

A respeito dos homicídios na Maré, em 2018 morreram 24 pessoas: 19 a partir das operações policiais e cinco a partir de confrontos entre grupos armados. Comparados aos números de 2017, quando morreram 42 pessoas, 20 em operações policiais e 22 em confrontos dos grupos armados, os números apresentam uma redução da letalidade. No entanto, é preciso observar os dados atentamente, para termos uma visão mais completa da situação real no campo da Segurança Pública e dos direitos na Maré. A primeira observação importante diz respeito ao número de mortes: se em 2017 as forças de segurança realizaram 41 operações na Maré, com 20 mortes, em 2018 realizaram 16 operações, com 19 mortes. É evidente, nessa comparação que, apesar de terem sido reduzidas a menos da metade, as operações policiais mantiveram seu alto grau de letalidade.

Esse é um indicador que precisa ser levado em consideração no momento de avaliarmos a política de Segurança na Maré e a atuação das forças de segurança do Estado. O Instituto de Segurança Pública (ISP) desenvolveu um indicador denominado de “mortes por intervenção de agentes do Estado”. Esse indicador mensura o grau de letalidade dos agentes das forças de segurança e compõe uma série de outros indicadores que ajudam a avaliar a situação da Segurança Pública no Rio de Janeiro.

De acordo com o ISP, a taxa de mortes por intervenção de agentes do Estado para todo o estado do Rio de Janeiro foi de 9,0/100 mil habitantes em 2018; já para a cidade do Rio de Janeiro, essa mesma taxa foi de 8,4/100 mil habitantes. Aplicando-se a mesma metodologia do ISP para a Maré, em 2018 a taxa de mortes por intervenção de agentes do Estado sobe para 13,7/100 mil habitantes.

Quando comparamos a realidade da Maré com Ipanema e Leblon, por exemplo, bairros

de classe média alta no Rio de Janeiro, a discrepância é bem mais acentuada. Segundo dados da 14ª Delegacia de Polícia que atende aos bairros citados, em 2018, morreram duas pessoas, em abril, em decorrência de intervenção de agentes do Estado. Isso resulta numa taxa de 2,2/100 mil habitantes. Ora, se na Maré a taxa de mortes por intervenção de agentes do Estado é de 13,7/100 mil habitantes, deve-se admitir que nesse território popular as forças de segurança mataram seis vezes mais que em Ipanema e Leblon juntos.

Assim, embora o número de homicídios e o número de feridos tenha diminuído entre 2017 e 2018, isso não se deveu ao fato de ter ocorrido uma mudança na atuação dos agentes das forças de segurança do Estado. Como se vê, a taxa de letalidade nas operações policiais permaneceu alta em 2018.

Outra questão alarmante diz respeito à dinâmica das mortes: dos 24 homicídios que aconteceram na Maré em 2018, 20 apresentam indícios de mortes intencionais, ou seja, execuções. Nestas situações foi possível identificar perfuração por arma de fogo na região do peito, rosto e costas, ou múltiplas perfurações numa mesma região do corpo, demonstrando indícios de execuções na dinâmica das mortes.

Sonhos interrompidos: impactos da violência na vida dos moradores das 16 favelas da Maré

Os episódios de violência e violações de direitos relatados até aqui têm um alto impacto para as moradoras e moradores da Maré. Como já discutido em outros pontos deste Boletim, os custos sociais, econômicos, culturais e emocionais são enormes. Esse impacto se materializa de várias maneiras: com o prejuízo educacional para as crianças, quando escolas e postos de saúde são obrigadas a fechar; na perda econômica dos comerciantes locais que também não podem abrir suas lojas; ou mesmo na paralisação de todas as atividades socioculturais das instituições e coletivos existentes na Maré, além dos prejuízos para a saúde dos moradores.

No entanto, o que fica mais evidente é a enorme perda para todos e todas, incluindo a população de outras partes da cidade e estado do Rio de Janeiro, quiçá do País. Ao traçarmos o perfil dos mais atingidos pela violência, temos os jovens negros

moradores das favelas e periferias como o maior alvo. Temos uma perda sensível de uma geração que tem suas vidas diminuídas, abreviadas.

Segundo dados do Atlas da Violência de 2018, lançado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança, o maior número de vítimas de morte violenta, por arma de fogo, são homens (94,6%), com idade entre 15 e 25 anos. De forma complementar, ao analisar os casos de morte em decorrência da violência, o Anuário Brasileiro de Segurança aponta para o fato de que 76% dos assassinados são negros (pretos e pardos).

Essa, no entanto, não é uma informação nova e nem desconhecida pelas autoridades públicas brasileiras. O que espanta é o fato de não haver uma preocupação maior com essa parte da população que vem sendo dizimada, anualmente, no País. Por outro lado, o perfil das vítimas evidencia a continuidade da discriminação e da desigualdade racial brasileira.

Na Maré, esse perfil se repete. Se analisarmos os últimos Boletins de Segurança publicados pela Redes da Maré, constatamos que a maioria dos mortos nos confrontos armados é de adolescentes e jovens negros entre 13 e 29 anos.

Assim, ao longo de 2018, 72% das vítimas dos confrontos nas favelas da Maré são formados por essa faixa; 96% do sexo masculino; e 78% de negros. Acompanhando a tendência nacional, o número de pessoas negras assassinadas é bem mais alto que o número de pessoas não negras.

É alarmante a constatação de que são, justamente, os mais jovens as maiores vítimas da violência, pois isso interrompe precocemente sonhos e trajetórias de brasileiros e brasileiras que poderiam contribuir para o País, em especial para seus territórios. Perde-se, para sempre, uma parte importante do futuro do Brasil.

Os custos econômicos são altíssimos para um País que mata pessoas na fase mais produtiva de suas vidas. No entanto, os custos sociais e afetivos dessas perdas são incalculáveis e imensuráveis. Nas favelas e periferias, como no caso da Maré, a violência que destrói a vida dos nossos jovens deixa sequelas profundas nas famílias das vítimas, amigos e vizinhos. São traumas que repercutem, diariamente, na vida de todos e todas.

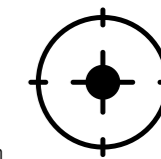
A esses traumas soma-se a morte, cada vez mais comum, de crianças e adolescentes nos confrontos armados. Elas são mortas enquanto brincam em casa, na rua ou quando estão a caminho da escola. Ou seja, nos momentos em que mais vivenciam e exercem seu direito à infância. Nesse sentido, alguns casos foram emblemáticos em 2018, na Maré: a morte dos meninos Jeremias Moraes da Silva, de 13 anos, e Marcus Vinícius da Silva, de 14, além dos cinco jovens que foram mortos dentro de uma casa na Vila do Pinheiro.

Jeremias morreu enquanto brincava com alguns amigos numa quadra esportiva na favela Nova Holanda, no dia 08 de fevereiro de 2018. No momento em que os meninos jogavam

PERFIL DAS VÍTIMAS DOS CONFRONTOS ARMADOS NAS COMUNIDADES DA MARÉ

24 MORTES POR CONFRONTOS ARMADOS

[19 em operações policiais e 4 em confrontos armados]



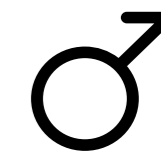
72%

COM IDADE ENTRE **13 E 29 ANOS**



96%

DO SEXO **MASCULINO**



79%

DE **NEGROS** (PRETOS E PARDOS)¹



1. A equipe de pesquisa teve acesso aos dados de cor e faixa etária apenas de 18 dos 24 homicídios.

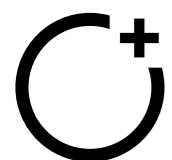
futebol, uma operação policial aconteceu. Relatos de algumas testemunhas afirmam que um carro blindado da Polícia Militar entrou pelo portão dos fundos do 22º Batalhão da Polícia Militar, localizado na rua onde Jeremias brincava. As crianças fugiram, mas o menino foi baleado ao tentar se abrigar na casa de um amigo, próximo de onde jogava futebol. Até hoje, o crime não foi esclarecido.

Marcus Vinícius foi morto na favela Vila do Pinheiro, a caminho da escola. Segundo laudo do Instituto Médico Legal, um tiro de fuzil o atingiu pelas costas. Marcus Vinícius ainda foi socorrido e levado para a UPA da Maré, onde contou a familiares, antes de falecer,

que o disparo de arma de fogo que o atingiu partiu de um carro blindado da Polícia Civil na operação no dia 20 de junho de 2018. Marcus Vinícius estava uniformizado, com a roupa da escola municipal da qual era aluno. O crime também ainda não foi esclarecido.

No mesmo dia, outros cinco jovens foram mortos dentro de uma casa na Vila do Pinheiro, no dia 20 de junho de 2018. Moradores relatam que os cinco jovens, supostamente envolvidos com um dos grupos armados que atuam na região, estavam refugiados em uma casa quando policiais civis teriam entrado no imóvel e rendido os jovens. Segundo os moradores, mesmo rendidos, eles foram executados e seus corpos arremessados do 2º andar do prédio, por policiais. Kelvin Duarte, Francisco Felipe, Paulo Henrique, Igor Barbosa e Manoel Lopes eram os nomes desses jovens. Eles tinham entre 18 e 29 anos e tiveram suas vidas interrompidas de forma extremamente brutal. A possibilidade de esses jovens estarem envolvidos com atividades ilícitas fez com que suas identidades, trajetórias de vida e sonhos não sensibilizassem a opinião pública, sobre o absurdo que foi o contexto de suas mortes. As dores geradas por essas mortes são imensas. As famílias das vítimas não receberam apoio do Estado e carregarão suas dores para sempre. O abalo provocado na confiança nas instituições do Estado, que deveriam promover Segurança, é profundo. A própria crença na Justiça fica, irreparavelmente, comprometida.

Segundo dados do Censo IBGE 2010, a expectativa de vida na Maré é de 74 anos. A média de idade das pessoas que foram mortas, ao longo de 2018, é de 24 anos, ou seja, elas poderiam ter, em média, mais 50 anos de vida. Quanto esses jovens deixaram de viver? Qual seria o futuro deles? Que sonhos eles realizariam? Nunca saberemos. Seus sonhos foram interrompidos.



74

ANOS É A EXPECTATIVA DE VIDA DOS MORADORES DA MARÉ SEGUNDO O IBGE

24

ANOS É A MÉDIA DE IDADE DAS PESSOAS QUE FORAM MORTAS AO LONGO DE 2018

50

ANOS É, EM MÉDIA, O TEMPO QUE ESSAS PESSOAS PODERIAM TER A MAIS DE VIDA

Algumas questões que podem ter afetado a dinâmica das violências na Maré

Comparando-se os dados coletados nos últimos anos, é possível observar a redução de alguns indicadores da violência na região da Maré. Se compararmos os anos de 2017 e 2018, é possível perceber uma redução do número de operações policiais (61%), confrontos entre grupos armados (34%), suspensão de atividades nas escolas (71%) e postos de saúde (76%), homicídios (43%) e pessoas feridas por arma de fogo (82%).

TABELA 6 | COMPARATIVO DE INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2018

INDICADORES	2017	2018	REDUÇÃO
OPERAÇÕES POLICIAIS	41	16	61%
CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS	41	27	34%
HOMICÍDIOS	42	24	43%
FERIDOS POR ARMAS DE FOGO	57	10	82%
DIAS EM QUE ESCOLAS SUSPENDERAM AS ATIVIDADES	35	10	71%
DIAS EM QUE UNIDADES DE SAÚDE SUSPENDERAM AS ATIVIDADES	45	11	76%

Se na Maré foi possível observar uma queda dos indicadores de Segurança Pública, o mesmo não pôde ser observado nas demais áreas do Estado do Rio. O Observatório da Intervenção vem apresentando dados contundentes do aumento do número de confrontos armados no Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

O que faz com que a Maré esteja no caminho contrário dessa lógica?

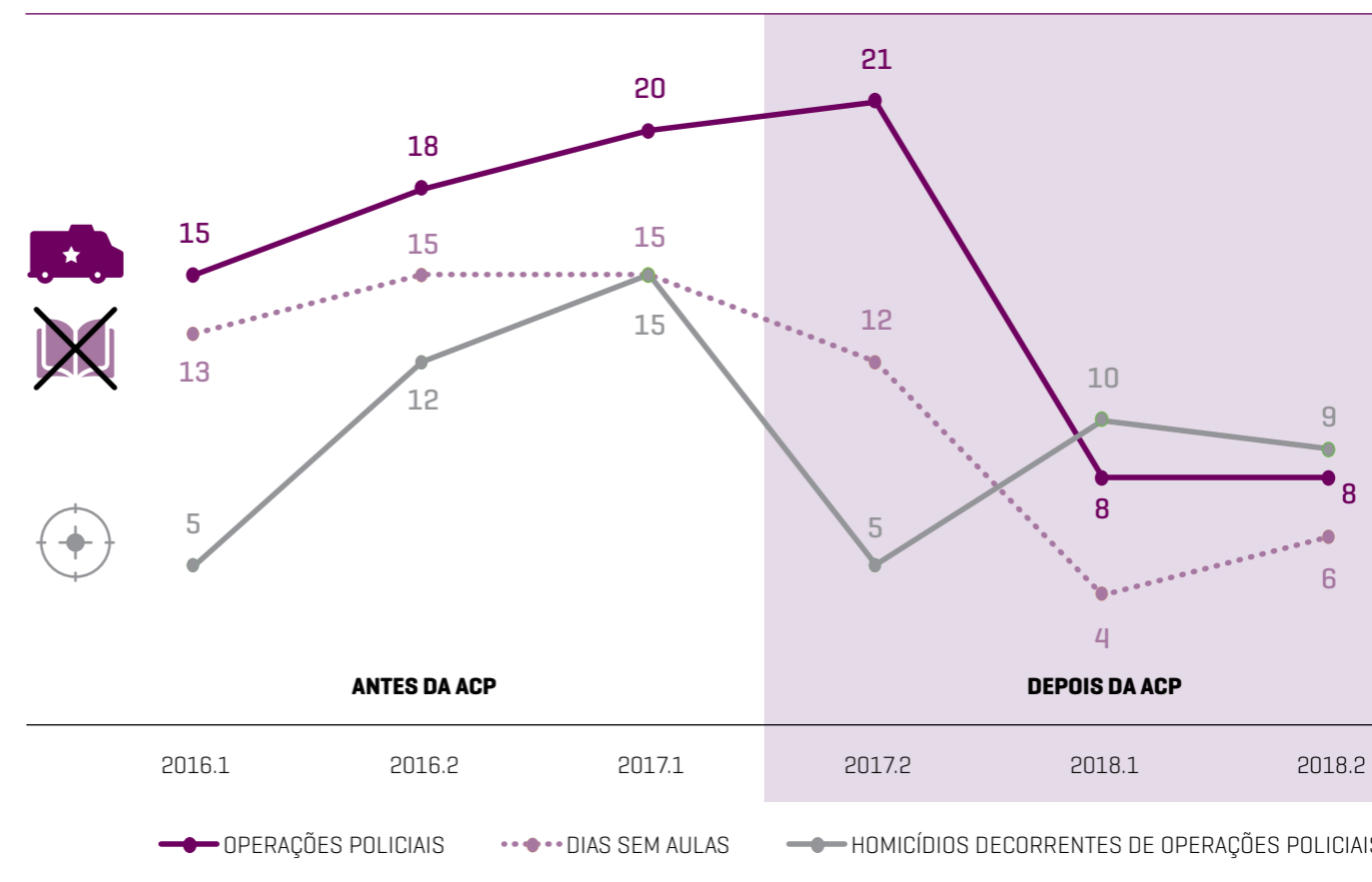
A primeira questão a ser salientada refere-se ao protagonismo dos moradores da Maré e das instituições locais na luta por direitos. Assim, múltiplos atores, como organizações da sociedade civil, associações de moradores, escolas, postos de saúde e igrejas, utilizando estratégias diversas, fazem com que esse território avance na garantia de direitos básicos, como o direito à educação, saúde e Segurança Pública.

Outro fator relevante foi a Ação Civil Pública da Maré, com o objetivo de reduzir danos e riscos durante as operações policiais. Essa ação é um instrumento jurídico iniciado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base em relatos e informações cedidas por moradores e Organizações da Maré, denunciando as graves violações de direitos que acontecem nos dias de operação policial. Esta Ação teve liminar concedida

em junho de 2017, quando o Poder Judiciário determinou que uma série de medidas fossem adotadas para garantir o direito dos moradores da Maré. Dentre as medidas, foi solicitado um plano de redução de danos e riscos durante as operações policiais.

Ao observarmos os dados comparativos das operações policiais do período anterior e posterior a esta liminar da ACP Maré, de junho de 2017, podemos observar que a Maré seguia, desde 2016, a tendência de aumento dos indicadores relacionados às operações policiais. Porém, a partir do 2º semestre de 2017, identificamos uma tendência à queda desses indicadores.

DADOS RELATIVOS A OPERAÇÕES POLICIAIS A PARTIR DOS MARCOS TEMPORAIS DA ACP MARÉ (28/06/2017)



MEDIDAS DETERMINADAS PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DA MARÉ



PROIBIÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS PARA CUMPRIMENTO DE **MANDADOS À NOITE**



INSTALAÇÃO GRADUAL DE **CÂMERAS DE VÍDEO E GPS** NAS VIATURAS QUE CIRCULAM PELA MARÉ



DISPONIBILIZAÇÃO DE **AMBULÂNCIAS** EM DIAS DE OPERAÇÕES POLICIAIS



ELABORAÇÃO DO **PLANO DE REDUÇÃO DE DANOS** ÀS VIOLÊNCIAS EM DIAS DE OPERAÇÕES POLICIAIS

Podemos concluir que, embora parte das medidas determinadas pela ação judicial não tenha sido acatada integralmente pelas forças policiais, a Ação Civil Pública coloca a Maré sob o monitoramento permanente do Sistema de Justiça e Segurança Pública, impactando, sobremaneira, a forma como as forças policiais atuam nessa região.

Por fim, é importante destacar que o número de operações policiais foi reduzido em 61% no período analisado por este Boletim. Menos operações policiais implicaram redução dos dias de fechamento de escolas (-71%) e postos de saúde (-76%).

Cabe salientar que isso não representa o aumento da sensação de Segurança para os quase 140 mil moradoras e moradores da Maré, pois, mesmo com a redução das operações policiais, houve o aumento do aparato bélico para a realização das operações, como a incorporação do uso de helicóptero blindado, a partir de dezembro de 2017.

Considerações finais

Temos um longo caminho para a efetivação do direito à Segurança Pública no conjunto de favelas da Maré, nosso local de luta e labuta por sua garantia. Acreditamos ser esse um processo coletivo e ampliado, que precisa acontecer nas favelas, e de modo geral, no Rio de Janeiro. Estamos, para tal fim, construindo um trabalho por meio da inventividade e de possibilidades que encontramos pela força que emerge das pessoas que sofrem com as desigualdades e injustiças características da nossa sociedade.

Dessa maneira, entendemos que a população da Maré, sobretudo suas crianças, adolescentes e jovens, precisam ter garantido seu direito de viver. É urgente frear a marcha insana da violência que atinge essa população de forma assustadora. É preciso construir políticas de Segurança Pública que tenham a vida como um valor inegociável.

Por isso, é imprescindível construir ações de proteção voltadas, especificamente, para esse segmento da população. Iniciativas que afastem esse público do trabalho infantil, precoce e precário; da evasão escolar; da falta de apoio para suas famílias; do ciclo da pobreza e de uma vida indigna.

Cabe ao Estado, por meio da efetivação de políticas públicas, mas também à sociedade, se comprometerem, de imediato, com o desenvolvimento de ações permanentes que melhorem os indicadores de qualidade de vida e Segurança do conjunto da população moradora de favelas e periferias. Ao mesmo tempo, é preciso, ainda, reconhecer e apoiar a potencialidade, a inventividade e os processos de resiliência presentes nesses espaços.

Esse compromisso deve permitir que a população jovem do Brasil possa viver e desenvolver com plenitude suas potencialidades, pois disso dependerá o futuro que ajudamos a construir hoje.

Telefones: (21) 3105-5531
(21) 3104.3276

comunicacao@redesdamare.org.br

www.redesdamare.org.br



R. Sargento Silva Nunes, 1012

Nova Holanda – Maré

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 21044-242

REALIZAÇÃO:

redesdamare

APOIO:

actionaid

FORD FOUNDATION



16 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA MARÉ